

---

## AMAZÔNIA: ENCRUZILHADA CIVILIZATÓRIA – TENSÕES TERRITORIAIS EM CURSO

---

Resenha: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória – Tensões territoriais em curso**. 1. ed. IPDRS / CIDES - UMSA, 2018, p. 19-110.

**William Lima Duarte Oliveira<sup>1</sup>**

<http://orcid.org/0000-0001-7802-0229>

<http://lattes.cnpq.br/5801836493267141>

**David Junior de Souza Silva<sup>2</sup>**

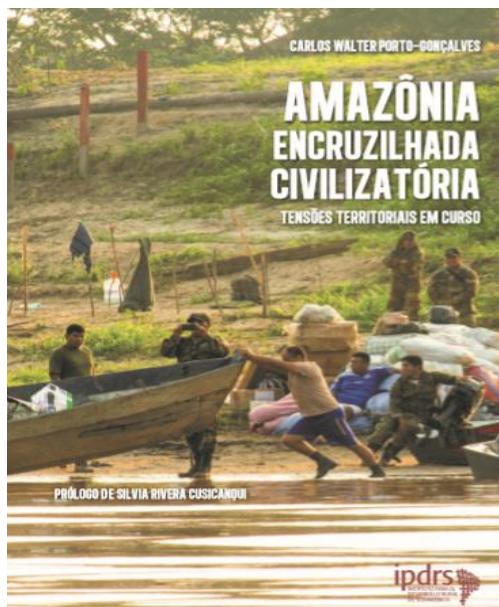
<http://orcid.org/0000-0003-2336-4870>

<http://lattes.cnpq.br/4265076306351873>

Recebido em: 3 de abril de 2020

Aprovado em: 8 de junho de 2020

Como o título sugere, a obra *Amazônia: encruzilhada civilizatória – Tensões territoriais em curso* traz à tona, para a literatura recente sobre a Amazônia, respectivamente, as visões hegemônicas sobre a região, que são tomadas como verdades e naturalizadas no imaginário dos que oprimem e subordinam os povos que vivem na região amazônica. Ainda, evidencia a mudança sóciogeográfica ocorrida na região. Além disso, a dinâmica dos conflitos engendrados por uma imbricada diversidade de atores, tais como: corporações transnacionais, corporações nacionais, setores do governo, etc., atingindo diretamente os povos tradicionais da região. Tais conflitos se dão, em boa parte, pelos megaprojetos de desenvolvimento.



Carlos Porto-Gonçalves, como aponta seu currículo, é professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com foco em Geografia Social, tratando de temas como: colonialidade do saber, ecologia política, conflito social, Amazônia etc. Por sua experiência na área, o autor apresenta discussões relevantes na obra.

A obra é dividida, excetuando prólogo e resumo, em 8 capítulos, contando com subcapítulos nos capítulos 2 e 6. Contém ao todo 116 páginas. Apresenta ao longo de seu desenvolvimento mapas que ajudam no melhor entendimento do texto. O capítulo 1, que é a *introdução*, busca evidenciar o caminho analítico da obra, destacando os pilares sobre os quais o autor se baseia, com destaque para o diálogo entre a ciência e diferentes segmentos de saberes dos povos oriundos da região amazônica. Com isso, visa alterar, quando se

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: [williamlimaduarte@outlook.com.br](mailto:williamlimaduarte@outlook.com.br)

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal do Amapá. E-mail: [davi\\_rosendo@live.com](mailto:davi_rosendo@live.com)

estuda acerca da região: “(1) a separação natureza-sociedade, (2) a dicotomia espaço-tempo, (3) a visão linear da história (evolucionismo) e (4) o etnocentrismo, ou melhor, a colonialidade do saber e do poder que ainda prevalecem nas análises acerca da região.” (p. 19). Ademais, destaca-se que a região amazônica é um local de inspiração à análise crítica em contraposição ao princípio de poder e de saber assentado na ideia de ‘dominação da natureza’, como apontado por Francis Bacon.

Adiante, aborda-se no capítulo 2, intitulado *Das relações de poder e das visões sobre a Amazônia*, a complexa posição da Amazônia e de seus amazônidas na produção do discurso. Foge aos habitantes/povos/etnias da região a possibilidade de falar sobre si mesmos. Desta forma, fala-se a partir de perspectivas diferentes da ótica dos amazônidas, e, mesmo quando se fala das perspectivas amazônidas, geralmente o discurso não parte dos povos que habitam a região. O autor destaca que “algumas ideias têm sido centrais na formulação de políticas sobre e para a região, a saber: I - Amazônia como natureza prístina; II - Amazônia como vazio demográfico; III - Amazônia como “reserva” e fonte inesgotável de recursos; IV - Amazônia como região do futuro.” (p. 25). Resumidamente, a primeira ideia se assenta na concepção que vê a região somente do ponto de vista de suas características estruturais como bacia hidrográfica, floresta, de área extensa, onde poucos habitam. Basicamente, visão colonial. Visão que, além disso, naturaliza as cinco línguas coloniais presentes na região e exclui os 240 povos indígenas da região, onde são faladas 180 línguas. Visões desse tipo fornecem sustentáculos que ajudam na criação de políticas que impossibilitam os povos amazônidas; soma-se a isso a segunda, terceira e quarta ideia: “(...) o vazio demográfico nos diz que não há ninguém presente, e a região está reservada no futuro a outros que vêm de fora. As ideias de “reserva” e de “vazio demográfico” se mostram, assim, coloniais.” (p. 28).

Em seguida, o autor observa que a Amazônia serve aos interesses da sociedade capitalista moderno-colonial como fonte de recursos naturais que sustentam a dinâmica do capital e de suas forças produtivas. Ainda, destaca uma nova via imposta surgida a partir da década de 1960 e 1970: a ecológica. Diferentemente dos setores tradicionais, esse novo setor que se aproxima das visões conservacionistas, relaciona-se com as matérias-primas de forma oposta: valoriza a biodiversidade o germoplasma, enquanto setores tradicionais matam as florestas visando a pecuária, monocultura em geral, mercado financeiro com suas respectivas “(...) mercadorias fictícias que só existem para ampliar a circulação-acumulação de uma economia especulativa (...)” (p. 29). Pelas contradições engendradas entre antigos e novos setores do capital, criou-se a possibilidade de ascensão de grupos antes ocultos como indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.

O subcapítulo *Das relações de poder, da geografia política interna* destaca os blocos históricos da região que têm relações sociais e de poder diversificadas: encontra-se grupos/classes sociais hegemônicas e subalternas dentro da Amazônia. É importante então tratar das relações sociais e de poder da região, vide a mudança ocorrida a partir de 1990 onde se revisou política e geograficamente o sistema mundo capitalista moderno-colonial, nas palavras do autor. Além disso, versa sobre o novo padrão sociogeográfico da região criado pelos megaprojetos.

Já no capítulo 3 do livro, intitulado *Para compreender a complexidade sóciometabólica amazônica*, Porto-Gonçalves destaca a frase de William Balle e Darell Posey sobre a Amazônia: “floresta cultura tropical úmida”. Isso porque a região é habitada há milênios, com um intrincado geossistema, diversidade biológica e que deu o caminho para uma grande diversidade cultural. O autor elenca, ainda, a importante função da produtividade biológica primária da região que

possibilitou a vida dos povos amazônicos e a reação dos povos da região frente ao capitalismo. Entretanto, embora os povos/etnias/nacionalidades amazônicas tenham reagido ao avanço capitalista moderno-colonial, persiste a questão de como manter os direitos dos povos da Amazônia “diante da demanda produtivista-consumista de ‘recursos naturais’ alimentada pela lógica da acumulação de capital em busca de lucro que reduz a riqueza à sua dimensão quantitativa abstrata ilimitada?” (p. 36)

O autor inicia o capítulo 4 denominado *Amazônia, a grande transformação metabólica em curso* discorrendo que “até os anos 1960, todas as incursões capitalistas moderno-coloniais sobre a Amazônia foram descontínuas no espaço e no tempo, configurando frentes de expansão/invasão localizadas” (p. 41). Destaca a existência das mais variadas práticas culturais, que puderam se manter graças a produtividade biológica proporcionada pelo metabolismo amazônico. Esses povos viviam ao redor do chamado “rio-várzea-floresta”. Ainda, Porto-Gonçalves afirma que a partir dos anos 1960 do século passado uma mudança na composição sócio-geográfica impõe-se e diverge ao padrão de ocupação ancestral-histórico acima citado. O que surgiu foi uma nova ideologia, de origem estadunidense, que buscava o *desenvolvimento*. No Brasil, o desenvolvimentismo se estabeleceu tanto à direita quanto à esquerda. Aquela, nacional-desenvolvimentismo, está nacionalismo revolucionário popular. Buscavam, com isso, transpor o problema do subdesenvolvimento e integrar o país. E, para tal feito, isto é, integrar a região amazônica seria necessário tanto estímulos provenientes do capital quanto de um projeto político. Como a estratégia de origem estadunidense que deu suas caras logo após a Revolução Cubana, de nome “Aliança para o Progresso”.

Aponta-se em seguida a reforma agrária e como o “colonialismo interno” prejudicou o processo. Isto é, não existia o objetivo de integrar os povos/etnias/nacionalidade. Quase todas as reformas agrárias da região – menos a ocorrida no Peru – se deram a partir do elemento da colonização, que inabilita os povos amazônicos e os mata, por vezes. Ainda, Porto-Gonçalves versa sobre as territorialidades em crise pela mudança dos padrões sócio-geográficos: de um lado, rios-várzea-floresta, de outro, o padrão de terra-firme que produz malefícios à região.

Posteriormente, aborda o capítulo de título *A Amazônia e as (des)integrações em disputa*. Logo de início aborda a ação de organismos multilaterais, como o BID e BIRD, juntamente com governos dos países da América Central, Caribe e América do Sul, com vistas a estabelecer um novo “sistema de normas”, citando Milton Santos. Com a ALCA, surgiu posteriormente o novo “sistema de objetos”, formado pelo Plano Puebla-Panamá (PPP) e Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Por outro lado, movimentos sociais resistiam contra o avanço das políticas neoliberais, inclusive permitindo que forças políticas diferentes chegassem ao poder nos países como Hugo Chávez, na Venezuela, e no Brasil, com Lula. Ressalta que através deste, no Brasil, embora o sindicalista e ex-presidente tenha saído dos movimentos sociais e de outro prisma político, tornou-se possível uma mudança na orientação do Estado, no exemplo brasileiro, utilizando do BNDES para financiar grandes empresas nacionais em obras. O autor ressalta que vivenciamos:

uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental/global que abre uma nova fase de acumulação de capital e de uma nova aliança entre classes e frações de classe (sindicalistas ligados aos fundos de pensão, capital financeiro, gestores militares e da diplomacia, empresas de engenharia e construção civil, grandes corporações capitalistas do agronegócio e de mineração e gestores do Partido Comunista chinês). (p. 51)

*Os megaprojetos de infraestrutura (estradas/hidrovia e energia)*, título do capítulo 6 do livro, irá demonstrar e analisar os projetos do capital na Amazônia, demonstrando e problematizando os seus efeitos na natureza da região e de seus povos/etnias/nacionalidades. No subcapítulo denominado *As estradas/hidrovias* discorre sobre os projetos referentes a Amazônia, todos de energia, transportes e comunicações. Destaca os conceitos de “eixo”, “fluxo” e “corredor” e a importância destes para o capital. Também aponta que “as diversas dinâmicas sociogeográficas que são desencadeadas pela expansão/invasão capitalista dos EEIDS da IIRSA abrigam interesses contraditórios dentro de si mesmos (...)” (p. 61).

Prosseguindo, destaca-se no texto que a faixa andino-amazônica é a mais vulnerável aos empreendimentos capitalistas, pois concentra uma vasta diversidade biológica e cultural e seu gradiente altimétrico, sendo formada de elevada diversidade de povos/etnias/nacionalidades. É nesse mesmo perímetro que a infraestrutura viária é impelida. Destaca que há correspondência entre a criação de estradas e suas respectivas pavimentações com o desmatamento na região. “Nos últimos 30 anos, mais de 70 milhões de hectares de floresta tropical amazônica foram derrubados (aproximadamente 9% da região), principalmente no Brasil, onde já foram desmatados aproximadamente 19% de sua floresta amazônica.” (p. 62). Fazendo um balançamento do desmatamento na região, o autor afirma que Equador, Peru e Brasil estimularam o desmatamento como condição para aderir à propriedade. Na Colômbia, contradição de interesses paramilitares e guerrilha. Versa que a extração de madeira tem um papel central no desmatamento da região. Ademais, no caso brasileiro, os principais afetados são os povos tradicionais. E, portanto, vê-se que os alicerces de desenvolvimento do IIRSA contribuem para os conflitos, gerando desmatamento, problemas para a hidrografia da região.

Continuando, no subcapítulo *Os megaprojetos de infraestrutura: hidrelétrica*, explana-se que se a infraestrutura viária pretende estimular os avanços do capital (ressalta-se, além disso, que a região viveu uma profunda urbanização), faz-se necessário para tal feito energia. Desta forma, a construção de hidroelétricas tornou-se objetivo. Em números, o autor elenca que até o ano de 2012 existiam na região 171 hidroelétricas ou já operando ou em processo de criação. Até 2020, previsão de 246 hidrelétricas.

Destaca-se, ainda, uma geopolítica de subimperialismo brasileiro, pois pelas necessidades do país, necessita de mais energia se comparado com outros países da região amazônica. Logo a inclinação brasileira de coagir por criação de novas hidrelétricas na região. Ademais, sobre a energia hidrelétrica ser uma energia limpa ou não, revela-se que:

elas são fontes importantes de emissão de gases de efeito estufa, inundação de terras mais férteis, de remoção forçada das comunidades que ali vivem, interrompem o trânsito humano e, assim, seus territórios e suas territorialidades. Contribuem, ainda, para o desmatamento das importantes matas de igapó. (p. 75)

Adiante, no subcapítulo de título *Os megaprojetos de infraestrutura: as tensões territoriais na exploração do petróleo e do gás*, o autor destaca o uso dos combustíveis fósseis como sendo o eixo do sistema urbano industrial. Trazendo para o contexto amazônico, indica a sub-região andina da Amazônia como sendo local de presença de petróleo e gás. Essa sub-região compreende as regiões da Amazônia peruana, equatoriana e colombiana. Ainda, pela progressiva demanda por esse tipo de fonte energética citada, que cria mais-valia, é que governos dos países apóiam avanços nos empreendimentos que buscam a extração dos combustíveis fósseis. Com a mudança sócio geográfica, um país que adquire centralidade nesses processos é a China. Por outro lado,



existe em números, 327 lotes petroleiros (destaca-se o Peru como país da região que mais faz concessão a petroleiras). Sobre a exploração de recursos fósseis na região o autor atenta que:

A exploração do petróleo e do gás implica a construção de estradas, oleodutos, gasodutos e outras infraestruturas que favorecem o avanço do front agrícola colonial (colonização), que promove a degradação e o desmatamento da floresta, a aparição de enfermidades e a fragilização das formas próprias de relacionamento e controle social das comunidades indígenas (seus territórios/ suas territorialidades). (p. 79)

Por fim, no subcapítulo *Os megaprojetos: a mineração e o dinamismo dos capitalistas privados*, Porto-Gonçalves novamente cita a ideia que faz-se presente no pensamento colonial sobre a região: de que a região é fonte de grande reserva de riquezas. Destaca a necessidade internacional de minérios, o que cria pressão de capitalistas com intuito de conseguir acesso ao subsolo. Os países detêm 52.974 zonas mineiras. O Brasil, de longe, é o local com mais áreas mineiras: 80% do total. A forte dependência de setores de infraestrutura de transportes e energética é o motivo que se faz necessário a utilização de recursos minerais. Um exemplo de exploração mineral (e de subalternização dos países da região amazônica) que ocorreu na região na crise mundial de 2008 foi a enorme retirada de ouro da região amazônica durante o período.

O autor, no capítulo de título *De conflito e de r-existências* busca abordar o tema dos conflitos na região, que, claro, erigem-se pelas tensões territoriais. Debate que a Amazônia imbricada em conflitos, conforma, como qualquer outro conflito, duas óticas sobre uma certa objeção: os grupos sociais que lutam contra o novo padrão sóciogeográfico que afeta a dinâmica da produtividade biológica elementar da região. Adiante, o autor descreve e analisa os conflitos ocorridos na região, como em Juliaca, Cochabamba, Inambari etc. Portanto:

Esses movimentos amazônicos articulam os mundos urbano e não urbano e marcam um novo ciclo de lutas na América Latina. Essas lutas se reforçaram a partir do ano 2000, com a Guerra da Água (ano 2000) em Cochabamba, Bolívia, cidade localizada nos altos vales andino-amazônicos e, hoje, essas lutas estão sendo atualizadas em Juliaca (Puno); em Conga (Cajamarca); em Bagua no Peru; no TIPNIS, na Bolívia; no Parque Nacional do Yasuny, no Equador; em Belo Monte, e em Jirau e Santo Antônio, no Brasil, nas lutas do povo Munduruku contra as hidrelétricas no rio Tapajós.

Porto-Gonçalves finaliza sua obra com o capítulo de nome *Amazônia, no passado havia um futuro. E no presente, há futuro?*, destacando as mudanças ocorridas na região, discutindo a ruptura da dinâmica imposta à região, apoiando-se para esse fim nos conhecimentos dos amazônidas. Logo no início, aponta a contradição dos países centrais em pressionar a região com o objetivo de não degradar a floresta, buscando preservá-la e diminuir efeitos desgastantes ao mundo como os gases de efeito estufa. Entretanto, Porto-Gonçalves versa que a dinâmica desses países centrais do sistema mundo capitalista moderno-colonial congrega um modo de vida que influi nas mudanças sóciometabólicas em todo mundo. Resumidamente, amparando-se no autor, poder se dizer que: o destino da Amazônia está ligado à sua posição frente a mudança sóciogeográfica; não pode ser vista mais somente como floresta e hidrografia, mas já permeada por “objetos técnicos”, citando Milton Santos; detém posição subordinada na divisão internacional do trabalho; o papel do Estado frente às mudanças e captura do mesmo pelas grandes corporações. Sobre o “colonialismo interno” do Estado aliando-se às grandes corporações

produzindo: 1) retrocesso da legislação ambiental; 2) impedimento dos direitos dos povos; 3) não cumprimento do Convênio 169 da OIT; 4) não cumprimento das determinações da ONU referente aos indígenas; 5) postergação da reforma agrária, estimulando ou impedindo colonização; 6) falha no impedimento do aumento no nível de violência na região; 7) conciliação com interesses de empresas objetivando “proteção ambiental”; 8) aceitação da ideologia do “uso racional da floresta”, descartando modelos tradicionais provindos da região; 9) admissão da entrada do mercado de carbono, monetarizando a natureza.

Ainda, Porto-Gonçalves destaca as relações contraditórias do Estado e ONGs no que corresponde aos indígenas, criticando a visão colonial de resguardar terras, contribuindo para o isolamento diante de outros grupos sociais, com a ideia de proteger a natureza, pois eles sempre viram a natureza como condição de vida. Nessa esteira, o autor irá ressaltar a importância de descolonizar o pensamento e priorizar outras vias teórico-políticas. Mais à frente no texto, exemplifica movimentos que passaram a compor as agendas políticas, denominadas como Marcha pela Vida, pela Dignidade e pelo Território. Muitos dos grupos sociais são anticapitalistas, decoloniais, já que objetivam a vida comunitária. Portanto, põe o debate sobre a importância da região amazônica para o mundo e versa a necessidade de superar o capitalismo e a colonialidade que o acompanha.

Diante das contribuições demonstradas acima, a obra é recomendada, no geral, para interessados, tanto do meio acadêmico quanto do ensino médio, em saber o resultado dos movimentos do capital na região e o impacto causado na grande diversidade biológica e cultural amazônica, além da dinâmica dos povos amazônidas que veem e têm postura frente à grande riqueza sóciometabólica da região diferente das que são impostas pela colonialidade do saber e poder. Mais especificamente, o tema proposto pela obra insere-se como objeto de análise da Geografia Social e da incipiente Sociologia da Amazônia, tocando em temas como ecologia política, conflito social e colonialidade do saber.